

EMERGÊNCIA ÉTNICO-INDÍGENA E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO NORDESTE BRASILEIRO

Marcondes de A. Secundino*

Cátia Lubambo**

Maria Lia C. de Araujo***

1 Introdução

A delimitação de Unidades de Conservação, em conformidade com o previsto na legislação brasileira, tem, eventualmente, implicado a superposição e/ou contiguidade em relação a Terras Indígenas já homologadas, em vias de reconhecimento ou reivindicadas¹. Tais situações podem, em princípio, contribuir para a emergência de conflitos, na medida em que se trata de concepções distintas tanto das formas de uso e ocupação das áreas quanto das responsabilidades jurídico-administrativas. Sobretudo em relação a esse último aspecto, pretende-se trazer as considerações analíticas aqui contidas que remetem à atuação de órgãos com atribuições autônomas e específicas – ministério do Ambiente e da Justiça –, seja como Unidade de Conservação, seja como Terra Indígena.

A Reserva Biológica Serra Negra, objeto de nosso trabalho, constitui uma das Unidades de Conservação federais existentes, destinadas à proteção de formações da Caatinga e/ou ambientes de transição entre este e outros biomas, tendo seu território pertencente à união e a sua administração competida ao ICMBio/MMA, depois de cumpridas as etapas de demarcação e de desapropriação.

¹ Cf. The Nature Conservancy; Ministério do Meio Ambiente. Mapa das UC's e Terras Indígenas do Bioma Caatinga, nov./2008.

* Pesquisador de Antropologia da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

** Doutora titular em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

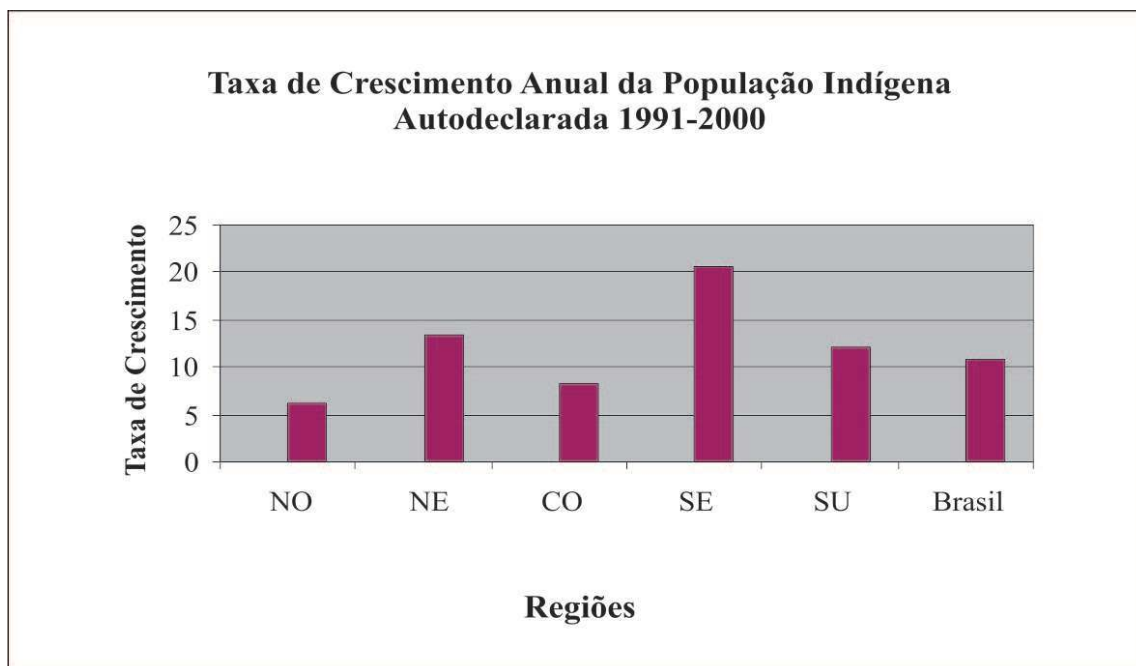
*** Sicióloga pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora Titular da Fundação Joaquim Nabuco.

A Rebio Serra Negra se localiza na parte central do estado de Pernambuco, abrangendo terras dos municípios de Floresta, Inajá e Tacaratu, integrando, portanto, parte do território das Microrregiões de Itaparica e do Sertão do Moxotó. Como veremos adiante, trata-se também de uma área de antiga ocupação indígena. A Reserva Biológica foi a primeira oficialmente constituída no Brasil, ocupando uma área de 1.100 hectares e 5 km de extensão. O primeiro decreto, sob o nº 28.348, data de 7 de junho de 1950, tendo sido, posteriormente, complementado pelo decreto nº 87.591, de 20 de setembro de 1982.

A história da ocupação dessa área é marcada por conflitos desde o período colonial. Este é um dos territórios que vivenciam, atualmente, a questão da sobreposição entre Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), revelando uma desarticulação entre as políticas que dizem respeito aos direitos sociais e à manutenção da biodiversidade.² São vários os confrontos de natureza político-institucional e os desacordos entre as formas de execução da Política Ambiental Brasileira, que envolvem órgãos das esferas federal, estadual ou municipal (MMA/Ibama/ICMBio, Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente). Além disso, apresentam-se inúmeras dificuldades para implementação das normas relativas à Política Indigenista, que implica atividades inscritas entre as atribuições do Ministério da Justiça, através, principalmente, da Fundação Nacional do Índio – Funai; e conflito de interesses entre representantes dessas instituições e os índios e seus direitos coletivos.

Especialmente este terceiro aspecto vem adquirindo relevância no Nordeste brasileiro em função de ser uma região que tem demonstrado, segundo dados do IBGE (Censo, 2000), a segunda maior taxa média de crescimento anual da população indígena e/ou de grupos indígenas reivindicando direitos (ver gráfico).

² Cf. The Nature Conservancy; Ministério do Meio Ambiente. Mapa das UC's e Terras Indígenas do Bioma Caatinga, nov./2008.



Fonte: IBGE, 2005

Atualmente os indígenas do Nordeste constituem mais de 241.016 pessoas, distribuídas em cerca de 80 povos reivindicando 110 terras indígenas, segundo dados do *Atlas das Terras Indígenas do NE/LE Brasileiro* (2011).

Esse crescimento populacional é o que a literatura antropológica vem denominando de *etnogênese ou processo de revitalização de cultura* e identidades coletivas. Esse crescimento tem interferido de forma expressiva na natureza do conflito focalizado nesse artigo – sobreposição de Unidades de Conservação em Terras Indígenas –, assunto sobre o qual praticamente inexistem estudos sistemáticos para o caso do Nordeste brasileiro.

As análises acerca dos povos indígenas do Nordeste e a problemática relativa às questões ambientais, em particular no tocante à constituição e à gestão de Unidades de Conservação, constituem o referencial teórico que servirá de baliza ao estudo proposto, tendo em vista as peculiaridades inerentes à constituição e inserção desses grupos populacionais na formação social, cultural, econômica e ambiental da região. Ademais, os parâmetros metodológicos decorrentes visam privilegiar, a partir de uma abordagem analítica diferenciada, a compreensão de relações sociais que facilitem a interação e/ou provoquem conflitos em função da coexistência de visões de mundo distintas, formas de organização social específicas e concepções ambientais diferentes.

No âmbito das ciências sociais, desde o início do século passado, tem-se uma definição conceitual objetiva para se refletir sobre a problemática da formação de identidades coletivas de recorte étnico, ativadas por atores sociais em determinados contextos históricos, como estratégia de inserção e reconhecimento nas sociedades contemporâneas. Inclusive para acionar direitos coletivos e constitucionais.

Nesse sentido, desde o início do século XX, a proposta do sociólogo alemão Max Weber deixa evidente que o processo de formação de identidades étnicas caracteriza-se por nutrir, entre os atores sociais de uma determinada coletividade, sentimento de repulsa ou de atração. Para o autor, é nesse momento que se forma uma fronteira onde vão estar em funcionamento dispositivos que definem quem somos “nós” e quem são os “outros”. Daí, ao compartilharem entre si costumes, valores e crenças em um destino comum, os atores sociais projetam-se para o futuro, ancorados num passado e referenciados em um território social. Ou seja, o sentimento de localização fundamenta-se através de uma história compartilhada entre os indivíduos e nas lembranças aos ancestrais a qual se atualiza na memória coletiva sentida e vivida na contemporaneidade, a despeito das experiências históricas (WEBER, 1991; SECUNDINO, 2000; SECUNDINO *et* BURITY, 2010).

Uma das contribuições de Weber foi, sobretudo, a proposição de uma abordagem histórica e relacional para o estudo dos grupos étnicos presentes no contexto dos Estados modernos que têm experienciado diásporas, perseguições e deslocamentos migratórios. Fica subentendido, nessa proposta, que o exercício do poder político de um determinado Estado nacional pode deflagrar, na coexistência entre diferentes atores sociais, sentimentos de pertença ou de exclusão, critérios fronteiriços de afirmação da diferença, ancorados na lógica de dominação interna e nas lembranças políticas comuns entre os seus membros (SECUNDINO, 2000; SECUNDINO *et* BURITY, 2010).

Em síntese, a etnicidade é compreendida enquanto dispositivo elaborado pelos atores sociais, que condiciona sua história social a coletividades, que os situa no tempo e no espaço, e que possibilita a produção de convenções da diferença a partir de práticas intersubjetivas. Convenções necessárias à compreensão mútua entre os diferentes atores, que reservam um lugar de significação social para o sentimento de pertencimento ou para o que podemos denominar de fonte

constitutiva das identidades, sua âncora sócio-histórica. Fonte que alimenta memórias coletivas sempre relacionadas a territórios e trajetórias sociais que produzem a crença num destino comum e constroem e impulsionam comunidades políticas lembradas. Na esteira dessa discussão, a antropologia atual lança mão de outros conceitos primordiais, entre eles, o de etnogênese e territorialização, com o objetivo de compreender esse fenômeno histórico no âmbito das sociedades contemporâneas (SECUNDINO, 2000).

Para a antropologia, etnogênese significa o processo histórico contemporâneo de revitalização ou invenção de tradições, reelaboração política e cultural de identidades coletivas ou ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos em um dado contexto regional ou local, mobilizados na luta pelo reconhecimento e obtenção de direitos e recursos (OLIVEIRA, 1999; BARTOLOMÉ, 2006). Ou seja, a etnogênese tem se pautado fundamentalmente pelas viagens da volta (OLIVEIRA, 1993), cruzando destinos e crenças entre indivíduos pertencentes a essas coletividades, através de conexões ritualísticas, num circuito de trocas ancestrais e de viagens de lideranças em busca de direitos (ARRUTI, 1999; SECUNDINO, 2000).

Tais conexões e viagens proporcionaram aos índios “levantar aldeias” e criar laços de solidariedade fortemente marcados na sua memória pelas práticas de expropriação territorial e pelo sentimento de compartilharem entre si a crença em um destino comum. Marcas a que foram submetidos desde as políticas de colonização, obrigando-os a experienciar um constante processo de territorialização. Processo este que, segundo Oliveira (1999, p.20), implica: *i*) uma reorganização social para os grupos indígenas a partir da criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; *ii*) a constituição de mecanismos políticos especializados; *iii*) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; *iv*) reelaboração da cultura e da relação com o passado.

2 O Nordeste indígena

A partir das considerações apresentadas acima, é possível compreender que tal como a *Invenção do Nordeste*, ocorrida em 1917 enquanto instrumento de disputas políticas, culturais e econômicas das elites (ALBUQUERQUE JR, 1999), o processo de etnogênese na região, em

1926, resultou da intervenção do Estado brasileiro através do SPI – Serviço de Proteção aos Índios – como resposta às demandas indígenas.

Em discurso, a política indigenista oficial justificava suas ações tendo como escopo principal a execução de um ato pedagógico que garantiria aos indígenas um processo gradual e menos traumático de aculturação rumo à sociedade nacional do trabalho, bem como a salvação do extermínio; na prática, executava sua expansão de fronteiras econômicas, o mercado fundiário tutelado (PERES, 1999), e a política ideológica de integração nacional. Estratégia que tinha por base a execução do poder tutelar de “conceder” aos grupos indígenas o direito originário da posse das terras e da assistência diferenciada, porém, a partir de critérios de autoclassificação, próprios dos representantes do Estado.

O espaço definido para a atuação do SPI correspondia àquilo que ficou conhecido na literatura especializada como uma frente de expansão ou fronteira agrícola. Porém isto não significa a ausência de um trabalho acumulado de dominação imposto aos grupos indígenas nos cenários interativos no nível local. Os inspetores tiveram de articular-se de diversas formas às agências já estabelecidas, para impor o seu monopólio de agir e falar em nome dos índios.

O assentamento de trabalhadores nacionais nas áreas porventura doadas para a localização de índios era pensado como ato pedagógico – com vista à sedentarização dos índios – e também como um modo de controlar a ocupação fundiária nos arredores dos postos do SPILTN³. Não podemos esquecer que as expedições tinham como uma de suas tarefas fundamentais a integração do espaço recortado como âmbito de sua ação [...] (PERES, 1999, p. 50)

Como desfecho dessa ação do poder estatal ficava evidente o interesse do Estado no início do século XX, ou seja:

Postos e povoações indígenas funcionariam como verdadeiros centros agrícolas, que também expressavam este projeto de criação de um campesinato tutelado, onde a figura administrativa do inspetor exerceria o papel de patrão no poder político local (PERES, 1999, p. 53).

³ Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.

Apesar das duríssimas formas de exploração e de frequentes epidemias (decorrentes das péssimas condições de trabalho e existência), os indígenas do Nordeste não foram exterminados, mas resistiram, em muitos casos mantendo um controle coletivo das antigas terras de aldeamento, em outros tendo que migrar para áreas mais remotas dos sertões, onde de algum modo continuaram a manter as suas práticas e tradições.

O século XX mostrou o reaparecimento desses indígenas na cena política e perante a consciência nacional. A legislação republicana lhes reconheceu direitos de proteção e assistência. A instalação de Postos Indígenas e a destinação de pequenas glebas de terra aos índios criaram um novo horizonte para essas coletividades. Nos últimos trinta anos, um maior reconhecimento dos direitos indígenas e políticas públicas voltadas para a sua proteção e assistência têm permitido que muitas comunidades passem a ostentar identidades étnicas que anteriormente foram obrigados a camuflar.

Ainda no século XX e explorando as relações de aliança, os Fulniô iniciam o processo de etnogênese na região. Inicialmente mantêm contato com os Pankararu e os Kambiwá que passaram a se mobilizar para receberem o reconhecimento oficial. Os primeiros obtêm seu reconhecimento em 1937 e a construção do PIN em 1941 (ARRUTI, 1999). Já os últimos começam sua mobilização no final da década de 1930, obtendo seu reconhecimento oficial em 1953/1954 e a construção do PIN apenas em 1971 (BARBOSA, 1991).

Os Kambiwá, povo constituído de famílias étnicas distintas, têm sua terra indígena homologada em 1998 com uma extensão de 31.495 ha. A mesma incide nos municípios de Floresta, Ibimirim e Inajá, na sub-região do Vale do Moxotó, os quais comportam uma parcela significativa da população vivendo na zona rural: em Ibimirim cerca de 40% do total de 22.410 habitantes, 51% dos 14.433 habitantes de Inajá e 37,1% dos 26.561 habitantes de Floresta. (IBGE, 2000)

Quanto ao aspecto demográfico indígena, os índios Kambiwá somam 2.911 indivíduos (Funasa/Siasi, 2010)⁴, distribuídos nas aldeias: Nazário, Baixa da Índia Alexandra (centro administrativo da TI),

⁴ Fundação Nacional de Saúde – Funasa/Siasi. Relatórios demográficos de povos indígenas, dados referentes a 1º de Julho de 2010.

Pereiro, Poço 4, Projeto, Barracão, Jiquiri, Faveleira, Travesão, Guela e Tiá – estas duas últimas estão fora dos limites da TI, embora existam índios morando nelas.

A Terra Indígena mencionada encontra-se encravada no Polígono da Maconha e é cortada pela BR-110 (Oeste) e a rodovia estadual PE-360 (Leste). Ainda registra a presença de posseiros e conflitos entre estes e os índios. Desde o princípio das reivindicações territoriais, a Serra Negra sempre foi identificada pelos índios como terra tradicional e local sagrado. Entretanto, a Serra Negra e a Reserva Biológica da Serra Negra não se encontram dentro dos atuais limites da Terra Indígena Kambiwá.

Em 2002, como resultante do processo de etnogênese e territorialização, surgem os índios Pipipã no seio do grupo Kambiwá, abrindo-se uma dissidência de um grupo de famílias étnicas reclamando identidade e território próprio.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) designa um grupo de trabalho para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pipipã, em 2005, através da Portaria 802 de 20/07/05. Dois anos depois, em 2007, o coordenador do GT entrega à Funai o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pipipã, sob o título: *Nossa “pisada”, nosso natural: história e reprodução cultural do grupo indígena Pipipan*.

Nesse estudo de identificação, a Terra Indígena Pipipã incide no município de Floresta e abriga um contingente de 1.195 (Funasa-Siasi, 2010) índios distribuídos nas aldeias: Alfredo, Caldeirão do Periquito, Travessão do Ouro (centro administrativo da TI), Capoeira do Barro, Faveleira, Jiquiri, Pai João, Barra do Juá, Caraíba, Serra Negra (considerado pelos índios “eixo da Terra”) e Tabuleiro do Porco.

No estudo atual, a Reserva Biológica da Serra Negra encontra-se nos limites da Terra Indígena Pipipã e é considerada pelos índios como a terra-mãe por possuir significação social para a coletividade através de terreiros, cemitério, árvores e fontes de água consideradas sagradas, bem como local onde os índios praticam o ritual denominado *Ouricuri*. Esse ritual é totalmente vedado à participação e à presença de não indígenas. É realizado em lugares sagrados dentro da mata e em períodos definidos pelo calendário daquele povo indígena praticante. O lugar sagrado possui uma organização interna e é dividido entre o espaço em que apenas

os homens e as crianças masculinas iniciadas podem frequentar e o espaço em que ficam as mulheres e as demais crianças. Mas há também o momento do ritual em que todos se encontram e participam numa espécie de terreiro que fica no centro do local sagrado.

3 Presença Indígena em Serra Negra: antecedentes históricos

O processo de ocupação dos sertões nordestinos ocorreu, frequentemente, de forma violenta, evidenciando-se, desde o século XVI, constantes focos de luta pela terra envolvendo a população branca e os grupos indígenas que habitavam a região.

De acordo com os indícios históricos, o povo Kambiwá é constituído por diferentes famílias étnicas indígenas que habitaram a região no passado e assumiram enquanto coletividade esse etnônimo na contemporaneidade por ocasião do reconhecimento oficial ocorrido no início do século XX. O próprio etnônimo significa “retorno à Serra Negra”, retorno ao território de origem, à terra-mãe, de onde se consideram “filhos apartados”. Voltar à serra, nesse sentido, significa retomar o ritual tradicional do *Ouricuri*. Elemento central da memória coletiva desse povo. Para os Pipipã, o reconhecimento só veio a ocorrer no século XXI.

Segundo os próprios índios, a Serra Negra está repleta de símbolos étnicos como, por exemplo, o cemitério dos antigos, o oco do Pau-d’Alho, o velho Pau Ferro dos Índios, o “olho d’água”, as nascentes e os terreiros onde se praticam os rituais. Local também onde se salvaguarda o segredo da identidade étnica indígena intimamente relacionada aos seus antepassados e a sua religião.

Decorre daí a importância que a maior parte destes povos atribuem aos marcos físicos de seu território e de sua história, normalmente ligados à ocupação pelos ‘antigos’, tais como ruínas, capelas, cemitérios, etc.”

[...] não é propriamente lugar de relevância econômica para o grupo, mas tem grande importância ritual [...]

A entrada na Reserva Biológica de Serra Negra vem sendo permitida com base em um convênio estabelecido entre a Funai e o Ibama, para a realização de práticas rituais, em ocasiões determinadas (BARBOSA, 2007, p. 57-58).

No processo de atualização e identificação dos marcos do território tradicional Pipipã, o supracitado autor faz a seguinte consideração:

A construção social do ‘patrimônio cultural’ do Pipipã está pautada na produção material de sua cultura, através da escolha de elementos relativamente significativos, tomadas em sua forma objetificada. Nesta rubrica se inscrevem os marcos territoriais – internos e externos à Serra Negra (BARBOSA (2007, p. 59).

No período colonial, os índios foram espoliados da Serra Negra por Garcia de Sousa d’Ávila da Casa da Torre, filho de Tomé de Sousa e fundador do maior latifúndio das Américas, que recebera da coroa. Segundo Capistrano de Abreu, “Para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimento de sesmarias”. Deflagrou, nesse mesmo período, a “guerra justa” contra os índios com vistas à expansão e conquista territorial ou a cobiça fundiária no século XVII.

No Império, outro ator entra em cena, os fazendeiros, herdeiros das benesses da Coroa.

José Francisco da Silva e Cipriano Nunes da Silva expeliram à mão armada os índios Pipipães que habitavam a Serra Negra, situaram uma fazenda pastoril, construíram casas e currais, fizeram grandes plantações, abriram estradas, e para sua garantia manteve gente armada, prevenindo assim qualquer investida dos índios espoliados das suas terras” (PEREIRA DA COSTA, 2004).

Entre os séculos XVIII e XIX, os índios da Serra Negra foram reduzidos pelo capitão Antonio Vieira de Melo e aldeados pelo frei Frescarolo na serra sendo transferidos para a missão da Baixa Verde por frei Ângelo de Niza. Assim como apareceram no cenário de disputas entre fazendeiros pela posse da Serra Negra, na condição de aliados ou inimigos desses fazendeiros. O fato é que, no século XIX, os índios foram definitivamente desalojados da Serra Negra à mão armada pelos fazendeiros da Ribeira do Navio (FERRAZ, 2002)⁵.

Há registros históricos que indicam a presença dos índios Pipipã em terras situadas entre o Rio Pajeú e o Moxotó, ocupando, sobretudo, áreas que margeiam o Riacho do Navio, “nas proximidades da Serra Negra”. Segundo Ferraz (2002, p.174), em 1823, já ocorriam disputas de terra naquela região, fazendo referência, especificamente, às ten-

⁵ A obra Floresta - Memórias duma cidade sertaneja no seu cinquentenário foi escrita originalmente em 1957.

tativas de expulsão dos indígenas, mediante a força de armas controladas por José Francisco da Silva e Cipriano Nunes da Silva, no intuito de instalar no local uma fazenda destinada à criação de gado. Entretanto, de acordo com o citado autor, as terras onde se situa a Serra Negra fora adquirida, no final do século XVIII, por João Rodrigues de Moraes à Casa da Torre.

Havia, desse modo, uma luta explícita pela propriedade das terras entre o proprietário (ou arrendatário) e os grileiros. Ainda com base no relato de Ferraz, em meados do século XIX, a Serra Negra constituía lugar de refúgio de revoltosos envolvidos no que o autor denominou Revolução da Serra Negra (FERRAZ, 2003, p.180).

No decorrer do tempo, a região no entorno da Serra Negra foi sendo ocupada por grandes fazendas de gado, embora com adensamento populacional pouco significativo, em função, principalmente, das condições de solo e do difícil acesso à água, reproduzindo a tendência tradicionalmente adotada no semiárido nordestino.

A obra *Informações sobre os Índios Bárbaros dos Sertões de Pernambuco*, publicada, em 1883, pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, compreende uma compilação de correspondências do Frei Vital de Frescarolo, missionário apostólico capuchinho italiano, para o então bispo de Pernambuco, D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, entre os anos de 1802 e 1804. O documento expressava como principal preocupação a de que a ausência das instituições coloniais no sertão – Coroa e Igreja – propiciava aos índios um *estilo de vida selvagem, regidos pela lei da natureza*, jogados à própria sorte, sem Deus e sem Governo.

O bispo de Pernambuco, já no início do documento, fala da antiga presença indígena naquela região, da sua visão humanista-cristã hierarquizante frente aos bárbaros índios (polo inferior), dos conflitos existentes em função da disputa fundiária e da razão pela qual se deveria aldear esses indígenas.

A correspondência apresenta indícios históricos da presença indígena desde o século XVII quando afirma que índios daquela região – pelo menos de quatro diferentes grupos – integraram o exército de Antonio Felipe Camarão, queixa-se das práticas empreendidas pelos sesmeiros e colonos contra os indígenas e enfatiza a necessidade de instalação de instituições coloniais – Igreja através do aldeamento – como condição de se apaziguar os conflitos fundiários e as perseguições.

Mais adiante, continua o missionário a destacar a presença indígena na região e os conflitos territoriais em torno de Serra Negra, revelando inclusive a expectativa desses indígenas em estabelecer contatos com ele, representante do poder colonial, em busca de apoio institucional e aliança com o objetivo de obter proteção em face das atrocidades que os obrigavam a viver errantes em permanente diáspora e distantes do seu hábitat.

Confirmando as informações anteriores, o historiador pernambucano Pereira da Costa, ressalta a existência de outros grupos indígenas na missão do Jacaré, no sertão de Serra Negra, tais como: Caracus, Omaris, etc. Todos, segundo seus dados, teriam sido circunscritos nessa missão em 1802 pelo frei Vital Frescarolo e removidos, em 1806, para o aldeamento da Baixa Verde sob a responsabilidade do frei Ângelo Maurício de Niza (PEREIRA DA COSTA, 2004, p. 162-166)

Nesta parte do texto, além de apresentar o feito missionário e colonial e o contingente de índios aldeados, menciona alguns grupos indígenas que viviam na região, lembrando também as atrocidades cometidas pelos sesmeiros, bandeirantes e colonos contra os seus primeiros habitantes em busca da conquista terrena, na “Terra dos papagaios e do pau- Brasil”.

No caso dos Pipipã, Frescarolo menciona:

Em 1802 foram os Pipipões aldeados pelo missionário Fr. Vital de Frescarolo na deserta aldeia do Jacaré, sertão da Serra Negra, local escolhido por eles próprios pela sua fertilidade e abundância de mel e caça. Escrevendo então Fr. Vital ao bispo Azeredo Coutinho sobre aquela nova missão, diz que a estabeleceu com o gentio dos Pipipão; e a 14 de março de 1803 deu ele solene posse do novo aldeamento ao capitão-mor, sargento-mor, capitão e alferes nomeados pelo governador. Em 1804, formando um núcleo de 135 habitantes, e pacificamente entregues às suas lavouras, na serra do Periquito, distante três léguas da missão, e nas imediações da Serra Negra, dirigiram-se ao soberano, e em sinal de obediência enviaram-lhes as suas armas de guerra e vários objetos de uso. Em 1823, José Francisco da Silva e Cipriano Nunes da Silva expeliram à mão armada os índios Pipipães que habitavam a Serra Negra, situaram uma fazenda pastoril, construíram casas e currais, fizeram grandes plantações, abriram estradas, e para sua garantia mantia gente armada, prevenindo assim qualquer investida dos índios expoliados das suas terras. A Serra Negra, belamente situada, com 22 léguas de extensão com a do Periquito, que lhe fica

próxima, é ubérrima, de excelente clima, cobertas de grandes matas e de terras próprias para as lavouras, é assim de grandes recursos materiais, estende-se entre o rio Moxotó e o riacho do Navio, ficando assim entre Vila Bela, Tacaratu, Floresta e Alagoa de Baixo, e mais próxima porém destes dois municípios. Na Serra Negra nasce o riacho Mandante, que depois de um longo curso deságua no rio São Francisco, em terras do município de Floresta. Como escreve Figueira de Melo em 1852, existiam então alguns índios bravios naquelas serras, que infestavam as fazendas vizinhas; e como consta de um Relatório de um engenheiro Luis José da Silva, dirigido ao ministro da agricultura em 1878, encontravam-se ainda então na Serra Negra índios selvagens, que raras vezes se aproximavam da aldeia do Brejo dos Padres, e viviam na mais deplorável situação; e que alguns desses infelizes, chamados semi-selvagens, apenas compreendia um pouco do português (FRESCAOLLO, Vol 5, p. 167 e 168).

Nesses lugares de circulação, considerando as diferentes fontes, Serra Negra aparece para os índios como lugar de referência capital para sua identidade coletiva. É o “eixo da Terra” ou mesmo considerada a “terra-mãe”. É uma fonte rica de elementos étnicos, ancestrais e religiosos. É lá onde os índios fundamentam sua âncora sócio-histórica, alimentam suas lembranças, pensam no presente e se projetam para o futuro a partir de um projeto étnico e político na sua relação com as narrativas e a história contemporânea. Nas fontes bibliográficas, são também mencionadas as condições materiais em que os índios viviam; são classificados de selvagens e portadores de uma cultura própria, exibida através dos seus adornos e, por fim, registrado que pouco falavam o português.

Especificamente, e em todos os momentos, os Pipipã são referenciados ora enquanto grupo indígena em contato a ser arrastado para a civilização via catequese ou para se tornar aliado do projeto de conquista colonial e imperial⁶, ora perseguido e espoliado de Serra Negra pelos sesmeiros, bandeirantes, fazendeiros e colonos. O objeto de cobiça, a Serra Negra, sempre se apresentou como uma fonte de riquezas naturais e local privilegiado para o plantio e a criação de gado no seio do sertão. Possuidora de mananciais e fontes hídrica naturais,

⁶ Um exemplo foi fazerem parte do exército capitaneado pelo índio D. Antonio Felipe Camarão, no século XVII, que aliados aos portugueses expulsaram os holandeses do Nordeste.

de um ecossistema invejável e de um microclima semelhante ao agreste, parece ser mesmo um oásis desejado por todos. Logo, lócus de permanente disputas e conflitos.

Tais informações são recorrentes em documentos, ensaios e publicações que tratam do sertão pernambucano. No estudo do médico e ensaísta Álvaro Ferraz (2003)⁷ sobre o município de Floresta, ele dedica um capítulo aos primeiros habitantes da região – os indígenas – como forma de entender a formação social regional, tanto no que se refere à ocupação territorial quanto à formação do povo sertanejo.

Além de afirmar a existência indígena e de inúmeros aldeamentos, sobretudo nas ilhas do São Francisco – de Cabrobó até a Foz do Pajeú –, especifica alguns grupos que viviam no sertão. É enfático em mencionar o domínio territorial dos índios, seu hábitat preferencial, o qual transbordava os limites pernambucanos, espalhando-se pelos estados vizinhos, “demonstrando este fato seu grau de nomadismo ou de mobilidade, dentro do próprio hábitat”.

No caso específico dos Pipipã, declara que foram adestrados no século XVIII e aldeados no início do século XIX, próxima a Serra Negra, de onde foram expulsos pelos fazendeiros da Ribeira do Navio – fato recorrente desde o século XVI até o XX.

Leonardo Ferraz Gominho em seu livro *Rebelião da Serra Negra*, de 1993, retoma alguns dessas informações circunscritas mais detidamente aquela serra e, em menor escala, aos índios que habitam. Inicia o capítulo afirmando que: “A Serra Negra, hoje Reserva Biológica, criada pelo decreto nº 28348, de 7 de julho de 1950, fora comprada à Casa da Torre pelo capitão João Rodrigues de Moraes, nos fins do século XVIII” (GOMINHO 1993, p.87).

A partir desse momento, trava-se uma disputa, através de documentos acusatórios de lado a lado, enviados ao presidente da província, entre o capitão João Rodrigues de Moraes e o capitão-mor de Flores, Joaquim Nunes Magalhães. Da narrativa destes documentos, surgem as tramas e a participação dos indígenas de Serra Negra. O capitão-mor Joaquim Nunes Magalhães chega a citar que a Serra Ne-

⁷ O autor fundamenta suas assertivas em PEREIRA DA COSTA, F.A. Anais Pernambucanos, vol. I a VI. Recife: Arquivo Público Estadual.

gra seria um lugar de “coito e recreação de índios bárbaros da nação pipipã” (GOMINHO 1993, p. 88).

Em outro momento, reclamando da conduta do capitão João Rodrigues de Moraes, expressa indignação, pois o mesmo teria “seduzido aqueles índios da recreação daquela serra, por serem parentes e contraparentes do dito” (GOMINHO 1993, p. 88). Em desfecho, Moraes mantém o domínio sobre a serra que, ao falecer, deixa para os “seus descendentes e herdeiros”.

Da revisão bibliográfica realizada, observa-se a riqueza de indícios históricos sobre a problemática em foco, a saber, habitação e mobilidade étnico-indígena em Serra Negra, formas de conquista e domínio territorial conduzidas pelas instituições coloniais e imperiais e sua clientela, colonos bandeirantes e fazendeiros, ao longo da história, bem como sobre as tramas e estratégias impulsionadas por diferentes atores sociais – índios e não-índios – com vistas a obter melhores resultados no campo da disputa, fortemente marcado pela *cobiça fundiária*. Característica presente no Brasil contemporâneo.

4 Situação atual: ameaças e conflitos

Em meados do século XX, o Estado brasileiro cria a primeira Reserva Biológica do Brasil, a Rebio Serra Negra, através do Decreto nº 28348, de 7 de junho de 1950. Inicialmente a área foi administrada pelo Ibama, estando atualmente sob a responsabilidade do ICMBio/MMA.

Em meio às determinações institucionais, o Governo Federal instalou um limite físico às áreas de pastoreio – construção conhecida como “travessão” – permitindo o desenvolvimento de lavouras agrícolas, o que certamente representaria uma mudança relevante nos padrões de uso e ocupação da região. O depoimento de um dos moradores antigos, o Sr. José Inácio – fundador do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Floresta e líder do movimento de agricultores familiares – confirmou essa expectativa. Em sua luta pela posse da terra, mencionou⁸ que antes do “travessão” havia cerca de seis famílias residindo na *Faveleira* (Aldeia localizada na área). Depois, esse número chegou a

⁸ Entrevista realizada por ocasião da pesquisa de campo que integrou a “Avaliação Ecológica Rápida” da Reserva Biológica Serra Negra e teve por objetivo subsidiar o Plano de Manejo da Unidade de Conservação, em 2008, solicitada pelo ICMBio/MMA.

mais de 150 posseiros, que ocuparam terras tidas como devolutas como se demonstra na seguinte fala:

O travessão beneficiou Floresta, Ibimirim e Inajá... Eram terras devolutas e o governo cercou as áreas boas de terra para a agricultura.

De certo modo, a Serra Negra conseguiu manter-se relativamente preservada. A principal suposição reside no fato de que a árida faixa de caatinga que a cerca serviu de desestímulo a formas de ocupação mais intensivas.

A partir dos anos 1960, inicia-se uma nova fase de disputa pela terra do entorno da Serra Negra, envolvendo posseiros e o fazendeiro, denominado pelos posseiros como “tubarão” ou grileiro, o qual, por meio da força física tenta desocupar a área, com o objetivo de instalar uma grande fazenda de gado.

Considerando a existência da Reserva Serra Negra em área de antiga ocupação indígena, a partir da década de 1970, o Estado provoca um conflito de outra natureza com os indígenas. Considerada área sagrada pelos índios, eles reclamam a serra como território tradicional e lugar para realização de seus rituais. Com a reivindicação de demarcação da TI Kambiwá que se arrastou por quase três décadas, consolidada em 1998, a Serra Negra fica de fora do território. Tendo em vista a morosidade no processo de regularização territorial e proibidos de realizarem os seus rituais na Serra Negra, na década de 1980 os índios conseguem autorização para o acesso aos seus terreiros sagrados, através de um convênio firmado entre o Ibama e a Funai.

Somente a partir da criação de Unidades de Conservação é que os conflitos que são focos deste estudo ganham expressão. As normas relativas às Unidades de Conservação estão contidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc, Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – e constitui um dos mecanismos previstos pela política ambiental brasileira. Vem sendo colocada em prática pelo poder público no intuito de assegurar a conservação, preservação ou sustentabilidade de recursos naturais que, em razão de sua especificidade e relevância, tem sido objeto de ações na perspectiva de estabelecer formas de controle de uso em conformidade com a legislação vigente.

O Artigo 7º da citada Lei, classifica os dois grupos de Unidades de Conservação, aos quais correspondem características específicas: o de

Proteção Integral – têm como objetivo básico de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei; e o de Uso Sustentável tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Com o surgimento da demanda de demarcação da TI Pipipã⁹, Serra Negra novamente volta a ser um objeto de disputa envolvendo esse povo indígena, que reivindica a demarcação de seu território, e o Governo Brasileiro através do ICMBio/MMA. Com a entrega do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Pipipã, em 2007, esse conflito volta à tona. Nessa nova proposta, a Serra Negra e a Reserva Biológica, por conseguinte, estão incluídas na terra tradicionalmente ocupada pelos índios Pipipã.

Entende-se que na análise e avaliação da situação em tela, em que se configura um cenário de coexistência de uma UC e de uma TI, argumenta-se pela necessidade de considerar o potencial de pressão antrópica dos diferentes atores sociais presentes no entorno da área protegida, incluindo a faixa de transição; ou seja, os povos indígenas, proprietários, posseiros, agricultores sem terra e assalariados. A parte mais habitada do entorno da Rebio Serra Negra corresponde, exatamente, às áreas de maior acessibilidade, seja em função da existência de estradas (inclusive a entrada para a Reserva, que corta a Aldeia Pipipã) correspondendo, justamente, às localidades onde ocorreram processos conflituosos de ocupação mais antigos, do qual historicamente participaram índios, posseiros e fazendeiros.

Ao se privilegiar o tratamento das informações sob a ótica socioantropológica, parte-se, portanto, do pressuposto de que toda a discussão acerca das unidades de preservação integral deve contemplar temas como a cultura dos povos indígenas, os quais atribuem aos recursos naturais valores e usos compatíveis e sustentáveis com crenças que lhes são peculiares. Do mesmo modo, também são consideradas as populações locais, em seus vários perfis (proprietários, posseiros,

⁹ Atualmente os pontos da demarcação da Terra Indígena Pipipã têm as seguintes referências: Caldeirão do Periquito, Lagoa do Jacaré (Aldeia da Missão), Barra do Juá (nas proximidades do Riacho do Navio, onde está a “Serra dos Pipipans”, zona de transumância dos Pipipans antigos), Craíba (Escola Municipal), Baixa do Urubu e Jiquiri (emendando com a TI Kambiwá) (BARBOSA, 2007, p. 59-60).

agricultores sem terra, assalariados), que revelam algum tipo de relação com os locais constitutivos de Unidades de Conservação, tendo em vista o potencial de pressão antrópica desses grupos sobre a área protegida, incluindo a faixa de transição.

Segundo pessoas contatadas na região, a face da Serra voltada para o município de Floresta é mais antropizada, havendo fazendas, pequenos povoados e assentamentos de Reforma Agrária que exercem algum tipo de pressão sobre o ambiente natural.

No lado de Tacaratu e de Inajá, os acessos são mais precários, cortando fazendas, sem que se tenham observado usos com lavouras, conforme depoimento de uma integrante do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente de Tacaratu – Comdema. Como destacou uma entrevistada, em depoimento concedido em 4/12/2008, o Comdema tem discutido a questão dos limites municipais da Serra Negra, visto que Tacaratu não consta dos documentos da CPRH relativos àquela Reserva Biológica.

O levantamento de dados secundários permitiu arrolar um conjunto de informações sobre as condições de ocupação e de vida dos habitantes das redondezas. A principal aldeia e sede política da comunidade, Baixa da Alexandra, está localizada no município de Ibimirim que tem o IDH de 0,566 relativo ao ano 2000 e um alto índice de exclusão social (0,285), ocupando o 181º lugar no ranking do estado de Pernambuco. As principais atividades econômicas desse município são caprinovinocultura, apicultura e artesanato, sendo que 55,4% da população está ocupada com agropecuária. A agricultura está concentrada em culturas temporárias como algodão herbáceo (em caroço), feijão (em grão), mandioca, melancia, milho (em grão), tomate e culturas permanentes de banana, coco-da-baía, goiaba, manga, constando maior produção de mandioca e manga. O programa Carteira Indígena, do Ministério do Meio Ambiente, desenvolve, junto aos índios Kambiwá, projetos de perfuração de poço artesiano, implantação de sistema de irrigação, horta e plantio, implantação de poço com sistema de irrigação e de sistema elétrico, tendo, todos, início em 2005.

A assistência à educação é desenvolvida pela Seduc-PE através de quatro escolas, sendo, uma na aldeia Faveleira (escola Tibúrcio Lima), uma na aldeia Travessão de Ouro (escola Joaquim Roseno), uma na Capoeira do Barro (escola Menino Jesus) e, a última, na Caraíbas (An-

tonio Francisco). Essas escolas atendem cerca de 240 alunos através de 154 professores indígenas (Seduc/PE-2004). A Gere de Floresta atende os índios Pipipã no mesmo município; os índios Pankararu em Petrolândia, Tacaratu e Jatobá e os Atikum e Pancará em Carnaubeira da Penha. Os professores da Gere de Floresta identificam entre os índios um baixo nível de escolaridade e, conseqüentemente, pouco professores indígenas disponíveis para atender a demanda. Assim como, identificam conflitos entre alunos indígenas e não indígenas na escola rural da Aldeia Caraíba – local onde existe um assentamento do Incra –, em função da disputa territorial que motivou uma decisão administrativa de remover os alunos índios para as escolas do núcleo urbano em comum acordo com os pais.

O atendimento à saúde é realizado através de uma Equipe de Saúde Indígena na Aldeia Travessão de Ouro e uma Unidade Móvel que circula toda área e tem como referência o polo base de Floresta. O IDH municipal deste município em 2000 foi calculado em 0,698¹⁴ e o índice de exclusão social em 0,354; índices que fazem com que Floresta ocupe o 61º lugar no ranking estadual¹⁵. O polo base de atendimento compreende os municípios de Ibimirim e Inajá e oferece atendimento também a alguns índios Tuxá e Kapinawá.

Outros projetos de assistência direcionados à comunidade trabalham com construção de cerca, aquisição de mudas e de matrizes e reprodutores bovinos, plantio de mandioca e construção de casa de farinha, atendendo às necessidades do meio rural em que vivem. Em função da transposição, a Funasa, em parceria com a Chesf, está substituindo as casas de barro por casas de alvenaria. Por parte do Ibama, falta oferecer cursos de formação de agentes do meio ambiente e propor uma gestão compartilhada da Rebio Serra Negra (ICMbio/MMA e os Índios).

De acordo com a exposição apresentada até este ponto, existe registro da presença de diferentes grupos indígenas na Serra Negra, desde o século XVII até a atualidade, de acordo com várias fontes presentemente citadas: “Mapa das Aldeias Indígenas no Médio São Francisco do século XVII” (BARBOSA, 2007), Pereira da Costa (2004), frei Frescarolo (1883); Ferraz (2003). Esse registro é, sobretudo, o principal elemento a fundamentar ações que se destinem a demarcação de terras e a definição de uso e ocupação de território, compatíveis com a tradição daqueles povos.

5 Considerações Finais

A natureza do conflito socioambiental gerado na Reserva Serra Negra decorre do embate entre concepções distintas quanto à forma, ao uso e à ocupação da Unidade de Conservação. Considerando que se trata de um território de ocupação tradicional e lugar sagrado dos índios e que desde a década de 1970 eles reivindicam enquanto tal, o Estado, através do Ministério do Meio Ambiente, abre um novo conflito com esses atores no que diz respeito à gestão e à autonomia da área e à garantia constitucional dos direitos coletivos indígenas.

Após a conclusão do processo de regularização da TI Kambiwá, a Serra Negra ficou de fora. Na década de 1990 surgem os índios Pipipã no seio do povo Kambiwá, através do processo histórico denominado de etnogênese, bastante comum entre os povos indígenas na Região Nordeste. Esse povo reivindica seu próprio território contíguo a TI Kambiwá e a Serra Negra como parte integrante. Esse processo de regularização da TI Pipipã continua em aberto, entretanto já foi realizado o estudo onde se encontra uma proposta com limites territoriais que inclui a Serra Negra. Tomando-se por referência a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da OIT, algumas questões relevantes devem ser levadas em consideração, sobretudo aquelas relativas ao direito territorial, autonomia jurídica e política, autodeclaração e gestão da TI por parte dos povos indígenas.

O problema para se definir uma política de uso sustentável em Serra Negra é mais amplo e envolve diferentes interesses e outros atores presentes na região. Ameaças e conflitos no território têm surgido com expressividade. Pode-se citar como exemplo o uso e a ocupação no entorno e mesmo dentro da Reserva Serra Negra e que não dizem respeito aos índios. Referimo-nos ao desmatamento ao “pé da serra”, *locus* principal de retirada de madeira em grande quantidade destinada à fabricação de carvão vegetal para abastecer a indústria de tecelagem e de cerâmica nos municípios de Toritama, Bezerros e Caruaru no agreste pernambucano.

Dentro da mata, observa-se a caça indiscriminada, que tem provocado uma visível diminuição do número de animais como a onça, o caititu, o tatu-bola, entre outros, assim como, a criação de bovinos e caprinos em sistema de pecuária extensiva, que nos períodos secos com

a diminuição da pastagem natural, os animais adentram na mata em busca de alimento, uma vez que não há cercas delimitando a reserva.

Uma caracterização das práticas de uso dos fazendeiros locais e um levantamento socioeconômico das populações dos assentamentos deve ser um passo inicial para orientar o uso sustentável, direcionar políticas públicas e subsidiar um programa de educação ambiental com vistas à socialização de informações sobre a relevância socioambiental da Serra Negra e da Reserva Biológica. Essas ações podem minimizar ameaças e conflitos como os aqui referidos. Instituições como o ICMBio e o Incra são atores fundamentais no trato desta questão.

Outro questão relevante é o Estado, através do ICMBio/MMA, avaliar a proposta feita pelos povos indígenas – Kambiwá e Pipipã – no sentido de consolidar uma gestão compartilhada da Rebio. Pode ser um passo importante na direção de encontrar solução para os conflitos. Assim como a ampliação da Rebio ou transformação da Serra Negra em área comum de uso tradicional entre os atuais índios que a concebem como terra sagrada pode representar uma decisão político-institucional relevante com base em princípios democráticos e pluralistas presentes na Constituição Federal e em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

E, por fim, realizar um estudo antropológico aprofundado sobre o modo de vida das populações indígenas e da sua relação com a Serra Negra, com a finalidade de avaliar o equilíbrio ecológico e o uso sustentável dos recursos naturais por parte dos índios e construir uma proposta de monitoramento desse uso sustentável entre essas coletividades, poderia representar uma solução eficaz, dialógica e sustentável respeitando os princípios de gestão e manejo territorial e o saber tradicional em interação. Ademais, é relevante mencionar que dados recentemente apresentados pelos pesquisadores Leandro Ferreira, do Museu Paraense Emílio Goeldi, e Eduardo Venticinque, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, apontam para a seguinte conclusão após analisar o índice de desmatamento em três Estados da Amazônia Legal: Unidades de Conservação em TIs ajudam a conter o desmatamento.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife e São Paulo: Massangana/Cortez, 1999.
- ATLAS das Terras Indígenas do Nordeste e Leste Brasileiro. NEIN/Fundaj; Laced/Museu Nacional, Recife-PE, 2011. (Prelo)
- ARRUTI, José Maurício. *A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco* IN OLIVEIRA, João Pacheco de (Org). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- BARBOSA, Bartira Ferraz. *Pernambuco: poder e herança indígena*. Recife: Ed. UFPE, 2007.
- BARBOSA, Wallace de Deus. *Os índios Kambiwá de Pernambuco: arte e identidade Étnica*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1991.
- _____. *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Pipipan*. Recife: Funai, 2007.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. Revista Mana. Vol 12. Rio de Janeiro, 2006.
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade. *Notas para uma história social das áreas de proteção integral* In RICARDO, Fany (Org). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. ISA: São Paulo, 2004.
- BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.
- BRASILEIRO, Sheila. *Políticas oficiais de conservação da ambiental: nova modalidade de subordinação dos índios?* IN RICARDO, Fany (Org). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. ISA: São Paulo, 2004.
- CAVALCANTI, Clóvis. *Conflito entre desenvolvimento e conservação: o caso da governança ambiental no Brasil*. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Diretoria de Pesquisas Sociais, v.23, n.1-2, jan./dez. 2007, p. 25-36.
- ERVIN, J. *Metodologia para Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo de Unidades de Conservação (RAPPAM)*. Gland-Suíça, 2003.
- FERRAZ, Álvaro. *Floresta. Memórias duma cidade sertaneja no seu cinquentenário*. 2 ed. Floresta: Prefeitura Municipal de Floresta. Floresta-PE, 2003.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. *Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa*. Revista Política & Sociedade nº 7 PP. 105-118. FRESCAROLO, Vital. *Informações sobre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco*. In. *Rev. do Instituto Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IGB, v. 46, 1883.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Hidrelétrica de Itaparica: impactos e mudança social. Relatório final de avaliação do reassentamento rural de Itaparica*. Recife: CHESF/FJN, 1988. Inclui estudo sobre os índios Tuxá (repro).

GOMINHO, Leonardo Ferraz. *A rebelião da Serra Negra: a praieira no Sertão*. Recife: Prefeitura Municipal de Floresta. Floresta-PE, 1993.

GOVERNO DE PERNAMBUCO; AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM. *Perfil dos Municípios*. Recife, Agência Condepe/Fidem, 2008. Disponível em: www.condefidem.pe.gov.br/. Acesso em: 13 março 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Governo nos municípios – 2004-2007. Plano regional de inclusão social*. Recife, 2003.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. Projeto Todos Por Pernambuco. Plano Plurianual – PPA 2008/2011. Disponível em: http://www2.portaltransparencia.pe.gov.br/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1020.53#. Acesso em: 6/7/2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE. *Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados das amostras dos Censos Demográficos 1991 e 2000*. IBGE, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Censo Demográfico 2000 – Resultados da Amostra.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS–IBAMA. *Roteiro Metodológico para elaboração de planos de ação para implementação e gerenciamento de unidades de conservação de uso indireto*. Brasília: IBAMA/DIREC, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS–IBAMA. *Roteiro Metodológico para o planejamento de unidades de conservação de uso indireto (versão 3.0)*. Brasília: IBAMA/GTZ, 1996.

_____. *Roteiro Metodológico de planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica*. Brasília: Del Rey, 2002.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 4 junho 2008.

_____. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.). Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003. Disponível em: http://www.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_movimento%20ambientalista-brasil-edusp.pdf. Acesso em: 4 junho 2009.

_____. Meio ambiente e sustentabilidade. In: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. Ed. Especial. São Paulo, 1999. 400p. pp. 175-184. [Edição comemorativa dos 30 anos do Cepam / 30 anos da ECT].

LACERDA DE MELO, Mário (coord.). *Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*. Recife: Ministério do Interior/SUDENE, 1988.

LIMONAD, Ester. *Questões ambientais contemporâneas, uma contribuição ao debate*. Trabalho apresentado no II ENCONTRO DA ANPPAS. Indaiatuba/São Paulo, 26 a 29 de maio de 2004. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT01/ester_limonad.pdf. Acesso em 20 julho 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; THE NATURE CONSERVANCY. *Mapa das UC's e Terras Indígenas do Bioma Caatinga*, nov./2008.

OLIVEIRA, João Pacheco. *A viagem da volta: reelaboração cultural e horizontes políticos dos povos indígenas do Nordeste*. In: *Atlas das Terras Indígenas do Nordeste*. Rio de Janeiro: PETI/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993.

_____. *Uma etnologia dos "Índios Misturados": situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. Vol 5 p. 162-166) 2.ed. Companhia Editora de Pernambuco: Recife, 2004.

PERES, Sidnei. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Tomos I, II e III. Rio de Janeiro: Ministério do Interior; Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, 1972.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, 2003.

RICARDO, Fany (Org). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. ISA: São Paulo, 2004.

SECUNDINO, Marcondes de Araújo; PAIVA E SOUZA, V. *História acontecida, história vivida: considerações sobre a incorporação da fazenda Però à Terra Fulni-ô. Parecer Antropológico*. Recife: Funai, 1999.

_____. *Tramas e conexões no campo político intersocietário Fulni-ô contemporâneo*. Dissertação (Mestrado de Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, 2000.

_____; Burity, Joanildo. Estados Nacionais e Novos Atores Sociais: cartografia das teorias da etnicidade In Burity, Joanildo; Rodrigues, Cibele Maria L.; Secundino, Marcondes de A. (Orgs) *Desigualdades e Justiça Social: diferenças culturais e políticas de identidade*. Ed. Argvmentvm, Belo Horizonte-MG, 2010.

THE NATURE CONSERVANCY DO BRASIL; ASSOCIAÇÃO CAATINGA. *Sócio-economia e políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: as unidades de conservação do bioma Caatinga*. Parte IV.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: *Economia e Sociedade*. Brasília-DF: UnB, 1991.

RESUMO

Focando a Reserva Biológica Serra Negra, na área central do estado de Pernambuco, discute a relação entre a delimitação das Unidades de Conservação e as terras indígenas e analisa a atuação de ministérios e órgãos federais que lidam com os conflitos entre ambas. Para melhor compreensão do tema, examina o processo de etnogênese dos povos indígenas ao longo da história brasileira e, em particular, os afetos às etnias relacionadas a Serra Negra. Finalmente, conclui apontando os problemas que ameaçam uma política de uso sustentável daquela reserva e algumas propostas concretas para solucioná-los.

PALAVRAS-CHAVE: Reserva biológica. Etnogênese. Sustentabilidade. Indígenas.

ABSTRACT

With focus on The Black Hills (Serra Negra) Biological Reserve in the central area of the state of Pernambuco, this is a discussion regarding the relationship between the boundaries of conservation units and indigenous lands and examines the actions of federal ministries and other federal organs responsible for conflicts between them. To better understand the topic we examine the processes of ethnogenesis of indigenous peoples throughout the history of Brazil and, in particular those related to ethnic groups with relationship to the Back Hills. We conclude by identifying the problems that threaten a policy of sustainable use of the reserve and some concrete proposals to solve them.

KEYWORDS: Biological Reserve. Ethnogenesis. Sustainability. Indigenous.